

Data-base 2006

Instalada a Comissão de Isonomia Fórum/Cruesp

Uma importante reivindicação, apresentada pelo Fórum das Seis ao Cruesp desde 1994, começou a ser posta em prática no último dia 17 de agosto. Nesta data, na Reitoria da USP, foi instalada a Comissão de Isonomia entre as três universidades. Os companheiros João Carlos Camargo de Oliveira e Luiz Carlos de Freitas Melo, membros da Diretoria Colegiada do Sintunesp, representam o nosso Sindicato na Comissão.

Antes, em reunião preparatória, o Fórum já havia definido um roteiro de temas que considera essenciais na discussão. A intenção é que cada um destes tópicos seja aprofundado, para que se tornem claras as semelhanças e diferenças administrativas e funcionais existentes entre Unesp, USP e Unicamp, e que afetam a vida de servidores, professores e alunos. É o caso das carreiras dos funcionários e suas complementações salariais, as complementações salariais de docentes, políticas de permanência estudantil etc. A partir deste diagnóstico, será possível estabelecer propostas e reivindicações que caminhem no sentido de uma unificação das políticas nas três universidades.

Os temas apresentados pelo Fórum, e que foram aceitos pelos membros do Cruesp na Comissão de Isonomia, são:

- 1. Carreira docente.** Formas de ingresso e contratação. Complementações salariais e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamento, incluindo e discriminando gastos com plantões médicos e de outros tipos.
- 2. Carreira dos funcionários.** Descrição das carreiras, dos níveis e atribuições funcionais. Complementações salariais e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamento.
- 3. Terceirização.** Impacto e estimativas de gasto; áreas submetidas à terceirização. Avaliação desta política, levando em conta a necessidade



Manifestação em frente à Reitoria da USP, em junho/2006, durante negociação com os reitores

de preservação da qualidade do trabalho acadêmico e do funcionamento da universidade.

4. Políticas de permanência estudantil. Como são feitas as estimativas do investimento nestas políticas; tipos de bolsas e auxílios, incluindo extensão destes benefícios e critérios para concessão. Construção de estimativas confiáveis de necessidades estudantis e de formas unitárias para atendê-las.

5. Modelos de expansão. Perspectivas em cada universidade e construção de políticas unitárias, preservando a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Fórum propôs que as reuniões aconteçam uma vez por mês. A próxima reunião está marcada para 28 de setembro.

Acordo de greve

Na reunião de instalação da Comissão de Isonomia, no dia 17/8, o Fórum solicitou aos representantes do Cruesp que cobrem dos reitores da Unicamp e da Unesp o compromisso que assumiram de assinar um acordo de fim da greve de junho. O modelo a ser seguido é o acordo estabelecido na USP, em que fica clara a garantia de não punição pelo legítimo exercício do direito de greve.

Salários

Nova reunião com o Cruesp está marcada para 27/9

Renúncia fiscal e sonegação roubam mais de R\$ 3 bilhões por ano do ICMS

A questão do reajuste salarial em outubro foi o pano de fundo da reunião entre o Fórum das Seis e a Comissão Técnica do Cruesp, realizada em 10 de agosto. Embora o assunto não tenha sido negociado, o que só acontece diretamente com o Cruesp, foram expostas as avaliações de ambas as partes para a arrecadação do ICMS neste segundo semestre.

Os indicadores macro-econômicos apontam que o desempenho do ICMS está aquém do que deveria. No entanto, as visões sobre os motivos são diferentes. O Fórum não tem dúvida de que a sonegação e a re-

núncia fiscal (de cerca de 8,7% da arrecadação potencial) estão na raiz do problema. Em 2006, isso corresponde a, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões. Para se ter uma idéia do tamanho desse rombo, tal valor seria suficiente para manter as três universidades estaduais paulistas por um ano.

Esses números representam, concretamente, uma ameaça ao reajuste de 1,79% previsto para setembro. No dia 27 de setembro, às 9 horas, acontecerá nova reunião técnica. Em seguida, às 10 horas, o Fórum se reunirá com o Cruesp e colocará esta questão em pauta.

Informes do Jurídico

Nossa Caixa é obrigada a seguir resolução do Banco Central

A obrigatoriedade de transferência das contas correntes para a Nossa Caixa gerou muitas dúvidas e críticas por parte dos servidores. Muitos relataram ao Sintunesp que este banco estava se recusando a abrir-lhes contas salário, ou seja, sem quaisquer custos ou cobranças de taxas.

O Sintunesp consultou seu Departamento Jurídico a respeito e solicitou, inclusive, informações por parte da Reitoria. Na reunião do Conselho Universitário da Unesp (CO), de 21/9/2006, o conselheiro Wagner Alexandre, também diretor do Sintunesp, cobrou da Reitoria um comunicado formal aos servidores e docentes sobre o assunto, contendo todos os esclarecimentos.

É fato que todos os servidores públicos paulistas deverão estar com suas contas abertas na Nossa Caixa até 1º de janeiro de 2007, como forma de receberem seus vencimentos. No entanto, não é obrigatório seguir a ordem cronológica (de acordo com o final do número de RG) estabelecida no Decreto nº 50.964 para a abertura da referida conta. A conta pode ser aberta até o final de dezembro, sem que isso signifique problema algum.

Em seus pareceres, o Jurídico do Sintunesp deixou claro que é direito do servidor solicitar, junto à Nossa Caixa, a abertura de conta corrente sem a incidência de quaisquer encargos, tarifas ou outro ônus que impliquem em diminuição dos vencimentos, isto é, pode exigir a abertura de conta salário, conforme determina o artigo 1º, §1º da Resolução 2.718/2000 do Banco Central (Bacen).

O acerto dessa orientação confirmou-se no dia 6/9/2006, quando o Bacen baixou a Resolução 3.402, determinando que as instituições financeiras que prestam serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, nos termos do estabelecido no artigo 1º, serão obrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2007, a efetuarem abertura de contas salário, isenta de CPMF, porém, não movimentáveis por cheque. O artigo 2º veda a cobrança dos beneficiários de qualquer tarifa, inclusive no fornecimento de cartão magnético para movimentação da conta, que é obrigatório. A instituição financeira deverá, também, assegurar o direito do beneficiário de transferir o crédito, no mesmo dia, para contas abertas em outros bancos, sem cobrança de nenhuma tarifa ou CPMF. Havendo interesse em transferir o crédito, deverá o beneficiário informar à instituição contratada por escrito ou meio eletrônico o número da conta corrente mantida em outro banco.

O Sintunesp orienta os servidores a fazerem valer os seus direitos. Se desejarem abrir conta salário e houver qualquer obstáculo por parte da Nossa Caixa, denunciem o fato aos diretores do Sindicato.

Notícias do lamspe

No dia 31 de agosto, o lamspe promoveu um debate com candidatos ao governo de São Paulo, procurando abordar, mais detalhadamente, as propostas para a saúde. Os principais candidatos enviaram seus representantes, com exceção do tucano José Serra. Nelson Semião da Silva, Diretor do Sintunesp e representante da entidade junto à Comissão Consultiva Mista (CCM) do lamspe, participou da atividade. Ele comenta que um dos tópicos debatidos foi a inclusão, no relatório da LDO 2007, aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento, de cobrança patronal de 0,5% para o lamspe (parte do governo). Para entrar em vigor, no entanto, a novidade precisa da aprovação da LDO em plenário (veja mais detalhes na página 2). Além de Nelson, o Sintunesp tem mais um representante na CCM do lamspe: a companheira Rosana Ap. Bicudo da Silva, também Diretora do Sindicato.